

“PENSAR PELA PENA QUE DESLIZA, FALAR PELA BOCA QUE SE FECHA”: EMÍLIA DANTAS RIBAS COMO A PRIMEIRA ROMANCISTA DOS CAMPOS GERAIS (PARANÁ, 1949).

Caroline Aparecida Guebert³

Artigo recebido em: 24/05/2018

Artigo aceito em: 02/07/2018

Resumo:

Na articulação entre História, Literatura e Estudos de Gênero, este artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória e parte da obra escrita de Emília Dantas Ribas (1907-1978), que atuou como professora, oradora de rádio e escritora entre as cidades de Ponta Grossa e de Curitiba, no Paraná. A publicação do romance “A Primavera Voltará” (1949), de sua autoria, possibilitou que ela fosse (re)conhecida em sua época como a primeira romancista da região dos Campos Gerais. À luz das condições históricas da sua inserção social e do próprio processo de “fazer-se escritora” em torno da produção desse espaço, compreendemos a escrita ficcional de Emília como um *locus* para pensar relações de poder, anseios, estratégias e agências partilhadas por mulheres de elite no país dos anos 1940 e 1950.

Palavras-chave:

Emília Dantas Ribas; Espaço, Literatura e Gênero; Escritoras; Paraná.

Abstract:

In the articulation between History, Literature and Gender Studies, this article proposes a reflection on the trajectory and part of the written work of Emília Dantas Ribas (1907-1978), who acted as teacher, radio speaker and writer between the cities of Ponta Grossa and Curitiba, Paraná. The publication of the novel "A Primavera Voltará" (1949) ("The Spring Will Return"), by its author, made it possible for her to be (re) known in her time as the first novelist of the Campos Gerais region. In light of the historical conditions of her social insertion and of the process of "becoming a writer" around the production of that space, we understand Emilia's fictional writing as a *locus* for thinking power relations, yearnings, strategies and agencies shared by elite women in Brazil of the 1940s e 1950s.

Keywords:

Emília Dantas Ribas; Space, Literature and Gender; Writers; Paraná.

* * *

³ Historiadora; Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, no qual integra o Grupo de Pesquisa Espaço e Sociabilidades. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5963282927278587>

1. Introdução

Em 20 de janeiro de 1950 o jornal *O Dia*, produzido em Curitiba (PR), publicou em nota um resumo das últimas “Notícias da Imprensa sobre ‘A Primavera Voltará’”. Este era o nome de um romance escrito por Emília Dantas Ribas, publicado no ano de 1949, e que renderia para sua autora a inserção em algumas agremiações letradas do estado. Segundo as notícias, o livro era um acontecimento marcante, pois representava “o lançamento do primeiro romance de uma pena feminina [...] a primeira escritora pontagrossense” (NOTÍCIAS..., 1950, p. 4). Indicando que o livro foi “recebido festivamente pela imprensa local e pelos intelectuais”, foram retomados ali os comentários veiculados nos dois jornais de maior circulação em Ponta Grossa (PR), cidade natal da escritora e onde ela morava: o *Diário dos Campos* e o *Jornal do Paraná* (respectivamente).

O “Diário dos Campos” assim se expressou: “Emília Dantas Ribas, filha de ilustre de Ponta Grossa, prosecta educadora, é a autora da ‘A primavera voltará’. Intelectuais temos, nítido, muitos. Poucos deles, porém, animaram-se a editar um livro. E, ao que sabemos, nenhuma **representante de nosso mundo feminino** figurava entre os escritores paranaenses. A Sra Emília Dantas Ribas, porém, vem conquistar, com seu livro, esse galardão para Ponta Grossa. Apresentamos à ilustre beletrista os nossos parabéns e nos confessamos agradecidos pela distinção da oferta que nos fez”.

[...] O *Jornal do Paraná* consignou o seguinte: “[...] Congratulamo-nos com a população paranaense por contar **no rol de seus excelentes intelectuais com a distinta dama**, que presenteou sua terra e o Brasil com essa estupenda obra literária. O Sr. Adalberto Carvalho de Araújo, por intermédio do *Jornal do Paraná* agradece à exma sra. Emília Dantas Ribas pela gentileza do oferecimento, apresentando-lhe parabéns pela felicidade com que **compôs o excelente livro**” (NOTÍCIAS..., 1950, p. 4, grifos nossos).

A “distinta dama beletrista” era conhecida por pertencer a uma “ilustre família” cidadina e também pelo seu trabalho no magistério. Tais pertencimentos foram evocados pela imprensa como disposições importantes ao próprio ato de compor um “excelente livro”. Como era comum naquela configuração social, a autora procurou divulgar seu livro, ofertando-o de presente aos diretores e principais escritores de jornais, e, também, ao *Centro de Letras do Paraná*⁴, fazendo com que ele circulasse nos grupos letrados autorizados do

⁴ O *Centro de Letras do Paraná* figurou como uma instituição importante para a produção cultural e para as dinâmicas de consagração letrada no estado, sobretudo na primeira metade do século XX: foi criada em 1912 e se localizava em Curitiba, que dista pouco mais de 100 km de Ponta Grossa.

cenário local.

Naquela ocasião, o correspondente e responsável pela sucursal do jornal *O Dia* na cidade de Ponta Grossa era Daily Luiz Wambier⁵. Wambier acabava de publicar um livro de crônicas chamado “Prelúdio” (1950, Tipografia João Haupt de Curitiba), com o qual participou, ao lado de Emília Dantas Ribas, do Concurso de Livros de 1949, promovido pelo *Centro de Letras do Paraná*. Ambos, aliás, foram premiados neste concurso. O escritor, quando veiculou a recepção elogiosa de Emília pelos pares, ocupava uma posição central no *Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC)*, espaço letrado existente em Ponta Grossa que, desde a sua criação, em 1948, atentava aos “homens e mulheres que dedicam sua atenção à cultura em geral” (WANKE, 1999, p. 96), propondo-se a congregá-los.

O grupo reunido no *CCEC*, bem como as ideias e as sociabilidades mobilizadas por seus sócios fundadores, constituíram o objeto da minha dissertação de mestrado (GUEBERT, 2018). Nesse trabalho, levantamos um indício que não poderia ser ignorado: a presença exclusiva de homens no seu quadro de sócios efetivos, ainda que Emília Dantas Ribas e outras escritoras da cidade fossem apreciadas como “ilustres beletistas”, inclusive por integrantes do próprio *CCEC*. O estatuto desta agremiação não pressupunha distinções ou exigências oficiais de sexo, cor, religião, idade ou classe, mas na prática um padrão de recrutamento existiu: notabilizado como um grupo de elite, ele se fez composto por homens que podemos caracterizar como brancos, cristãos, e que, em sua maioria, tinham como ocupação profissional a saúde e, sobretudo, a educação pública. Esse retrato não remetia a uma suposta inexistência de mulheres que escreviam na cidade e arredores em meados do século XX, mas sim a marcadores e inflexões de gênero que atravessavam profundamente aquela configuração intelectual.

Do ponto de vista do *CCEC*, é possível demarcar que somente uma década depois da sua fundação, em 1957, foram propostas e aceitas as primeiras (cinco) sócias⁶, entre as

⁵ Daily Luiz Wambier nasceu em Ponta Grossa em 1908 e faleceu na cidade em 1965. Radialista, redator e secretário de jornais, combinava suas atividades letradas com o trabalho de funcionário da chefia do tráfego ferroviário. Foi sócio atuante do *Rotary Club* local, entre outras agremiações de elite, notabilizando-se como figura (re) conhecida no meio midiático e político local.

⁶ Na ocasião, o periódico oficial do *CCEC* – o *Tapejara* (1950-1976) – anunciou as sócias como “As primeiras euclidianas pontagrossenses”. A nota elogiava o grupo, destacando: “[...] haver associados de todos os partidarismos e representantes de todas as classes e setores da sociedade. Entretanto, uma falha ainda observada: a de nossas distintas patrícias, professoras e intelectuais em geral. Recentemente foram

quais não constava o nome de Emília Dantas Ribas. A essas sócias se seguíam outras, em intervalos de tempo espaçados, cuja entrada geralmente vinha acompanhada de representações acerca das “virtudes femininas”, atreladas a funções angariadas de bibliotecária e secretária, entre outras. Explicitavam-se ali imagens do feminino há muito ancoradas na memória discursiva, que atribuíam às práticas sociais um espaço binário assimétrico: ao feminino o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, do particular; e ao masculino o da racionalidade, da praticidade, da gerência do universo e do universal. Polarizações que justificam/reforçam uma divisão generizada do mundo (SWAIN, 2001, p. 16-17).

Rastreando convenções socioculturais internas, mas também olhando para fora do CCEC para compreendê-las, desconfiamos de toda bibliografia que partia do pressuposto que o motivo da “falta” de mulheres de letras neste espaço seria uma suposta má qualidade dos textos produzidos por elas ou então que simplesmente não se dedicavam a esse tipo de atividade⁷. Logo percebemos que se trata de uma ausência/presença ambíguas, já que diversas mulheres se inseriram e circularam no CCEC em condições específicas ao longo dos anos, tais como: 1) estudantes do Colégio Secundário, da Escola Normal ou da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que eram alunas de sócios efetivos, convidadas como ouvintes de palestras ou partícipes de eventos cívicos e festivos; 2) esposas e familiares de sócios que vez ou outra se faziam presentes, especialmente em datas comemorativas; 3) poetisas e ensaístas pertencentes a outras agremiações, como o próprio *Centro de Letras do Paraná*, que se notabilizaram como sócias-correspondentes, contribuindo com textos escritos ao periódico oficial do grupo, o jornal *Tapejara* (1950-1976)⁸.

propostas e eleitas as primeiras: Maria Eulina Schena, Lydia K. Almeida, Ana de Barros Holzmann, Arminda Frare e Neusa Castro Guimarães.” (AS PRIMEIRAS..., 1957, p.20).

⁷ “[...] como na cidade de Ponta Grossa não se conhecia um alto grau de divisão do trabalho social, o grau de autonomização dessa configuração intelectual em relação aos ‘campos’ econômico, político e religioso era ainda muito pequeno e as fontes sinalizam a proximidade existente entre oradores, educadores, jornalistas, políticos, proprietários de terras e oficiais militares conterrâneos, que juntos encampavam projetos comuns” (GUEBERT, 2018, p. 24). Portanto, falar unicamente na qualidade escrita dos sujeitos que eram recrutados, em detrimento dos que não eram, além de uma visão a-histórica, no sentido de que nega uma série de mecanismos de sociabilidades e de poder, entre eles conformações de gênero, tampouco considera que os letrados radicados em Ponta Grossa e em Curitiba se autorizavam ainda muito em função das suas redes de pertencimento.

⁸ Enquanto as duas primeiras categorias de “euclidianas” aparecem em fotografias, mas são muito difíceis de rastrear e contabilizar, já que não costumavam assinar as Atas de Reuniões ou publicar trabalhos, as últimas, constituíram um total de 28 autoras num universo de 380 articulistas (ao longo de 26 anos de

Conforme o inquérito avançava, nomes de mulheres que publicavam na imprensa da cidade e eram nela reconhecidas como profícuas oradoras da rádio, educadoras e/ou diretoras de escolas e escritoras de diversos gêneros literários, mas que não fizeram parte das listagens oficiais do CCEC, não demoraram a brotar. Emília Dantas Ribas, como já indicamos, foi um desses nomes. Seu lançamento como a primeira romancista dos Campos Gerais nos anos de 1949 e 1950 – marcado pela publicação do romance – contrasta, a um só tempo, com o momento de consolidação desse *Centro Cultural* que reuniu a “intelectualidade” da cidade, que era então significada como a “princesa” da região dos Campos Gerais do Paraná. Esse contraste pode revelar tensões que enredaram as práticas de produção e de apreciação literárias daquele contexto⁹.

“A Primavera Voltará” (1949) teve edição primeira e única. Foi lançado pela Editora Guáira Limitada, localizada em Curitiba, que foi criada no início dos anos 1940 e que, segundo Leilah Bufrem (1995, p. 70), a partir da figura central de Oscar Joseph de Plácido e Silva (1893-1963), seu editor-proprietário, notabilizava-se por lançar livros e coleções de qualidade bibliográfica, alguns dos quais atingiram projeção nacional naquela década e na seguinte. Além disso, a feitura e a circulação do romance se deram num contexto de expansão do horizonte de posições almeçadas e assumidas pelas mulheres de elite, no que se entendia (conforme a visão dominante) como o espaço público, neste caso, dos intelectuais: não à toa, entre 1949 e 1952, quando o livro de Emília Dantas Ribas foi premiado pelo *Centro de Letras do Paraná*, rendendo-lhe, em seguida, o convite e a nomeação como sócia deste *Centro*, ele estava sob a presidência da escritora Leonor Castelhana¹⁰.

Esses vestígios e suas inter-relações serviram de pontapé a este artigo. Nosso interesse recai menos no perfil biográfico que sai de um ponto inicial para cair num ponto

existência do jornal). De todo modo, somente uma categoria sócio-profissional de mulheres – a das professoras – entraram como sócias efetivas do CCEC (GUEBERT, 2018).

⁹ Conforme propunha Simone de Beauvoir (2016, p. 7), ao se falar de feminino, tal como de masculino, estamos falando de um estado/posição circunstancial, porque sociocultural – portanto mutável – e não de uma essência. Além dos estudos das relações de gênero permitirem ampliar nosso conhecimento acerca da história intelectual do Paraná, possibilitam o cotejamento com outros grupos em diversos pontos do país que informam práticas semelhantes ou singulares.

¹⁰ Leonor Castelhana (1899-1969) nasceu e viveu em Curitiba. Desde a década de 1920 deu lugar a saraus literários em sua casa. Fez carreira como funcionária pública da Secretaria da Fazenda do Paraná, enquanto frequentava clubes e encontros literários e escrevia na imprensa. Sócia do *Centro de Letras do Paraná* a partir de 1935, ela foi particularmente atuante, também, no *Centro Paranaense Feminino de Cultura* (a partir de 1940). Sobre a sua trajetória, ler Lorena Zomer (2013).

final, e mais pelos problemas que a trajetória e o romance suscitam (incluindo a uma série de ambiguidades e lacunas), com destaque à potencialidade dessa reflexão em torno das relações entre História, Literatura e Gênero.

2. O eclipse de uma autora

No início dos anos 1950, “A Primavera Voltará” representou um marco literário no que diz respeito ao espaço dos Campos Gerais do Paraná. Além de representar, no seio das elites locais, a primeira mulher nascida e crescida naquela região a publicar um romance, marcava (não menos) a vida que este espaço social e histórico ganhou através da sua pena, com tamanho destaque (também pela primeira vez) numa obra de ficção, já que o cenário, os personagens e o próprio enredo do livro compunham uma simbiose de lugares, costumes e histórias que remetiam àquela realidade: a Serra que levava dos Campos de Pecuária ao Litoral do Paraná, o episódio da Guerra da Lapa, as ruas, a fonte de água e a escola de Guarapuava, os modos de fala e de alimentação rurais, a festa de Igreja do Divino Espírito Santo, entre outras referências que constroem a narrativa. Atente-se para a maneira como Eloy de Montalvão se referiu à obra no jornal *O Dia*, em 20 de abril de 1951:

Emília Dantas Ribas, não só escreveu seu livro com a preocupação de jogar personagens fazendo obra de ficção; o traçou com alma, empregando-o de ensinamentos que caracterizam as ações, nunca condenáveis para a formação de espíritos elevados. A autora procura, com admirável lucidez, **interessar os leitores pela sua terra, pela educação da mocidade, pela disseminação dos bons costumes, virtudes, grandezas d’alma**, mostrando, também erros que devem ser corrigidos, incompreensões que devem ser esclarecidas. Os personagens que giram em torno de “A Primavera Voltará”, não são simples bonecos imaginativos: são **figuras reais, sentidas, vividas e observadas**, sob ângulos simples de fácil discernimento. Escreveu lances que se justificam plenamente, **como registro social, da época em que viveu**. Não dissecou-os à luz da psicologia – encaminha-os delicadamente, sob uma doce paz de sinceridade. As cenas se sucedem, umas após outras, sem quebra de seguimento, sem transições bruscas ou malabarismos literários provocadores de surpresas mirabolantes. “A Primavera Voltará” é um livro ameno, simples que faz bem a alma e ao coração, repassado pela **finura romântico-bucólica de dedicada autora** (MONTALVÃO, 1951, p. 5, grifos nossos).

A crítica, em parte reproduzida acima, foi a mais longa e detalhista a respeito da obra que conseguimos encontrar. Nela, a autora foi comparada a Octavio Fenillet,

enquanto escritores que alcançaram “alturas sublimes em vôos de simplicidade”, conforme o texto, a força intelectual de Emília Dantas Ribas residia na reunião de fatos comuns e de vários personagens “trabalhados pela observação”, unidos às recordações de anos passados. Destacando sua narrativa como descritiva e bem elaborada, ela teria criado “instantâneos colhidos da própria vida com precisão, com doçura e apresentados com colorido ameno, real, sem os contrastes berrantes das fantasmagorias”, onde os leitores e leitoras poderiam encontrar “o sentido magnífico das grandes verdades” (MONTALVÃO, 1951, p. 5).

O que chama atenção nesse comentário, especialmente em relação aos restantes, é que, ali, em particular, o livro foi visto pelo seu potencial de registro social e, também, como um livro que “agrada, satisfaz e eleva”, porque feito “cheio de ternura, repleto de sensibilidade” (MONTALVÃO, 1951, p. 5). Na recepção mais ampla do romance na imprensa, a primeira faceta – ligada a capacidades de observação social – tendia a perder espaço para a segunda, de modo que a escritora, sobretudo com o passar do tempo, tornar-se-ia muito mais conhecida por disposições de escrita aliadas ao sentimento, à intuição, às “letras femininas” no que elas guardavam de “uma exigência social destinada às mulheres: [...] uma economia emocional totalmente voltada para os outros, esquecendo-se de si mesma (SWAIN, p. 34). Este último tema, afinal de contas, foi estampado no próprio livro, em sua página de abertura: “Dedico este livro a todas as mulheres que esqueceram de si próprias; que, ensinando, gastaram o corpo e o espírito buscando abrir na treva caminhadas de luz” (RIBAS, 1949, p. 3). Tais qualidades (de certa forma já esperadas) condiziam com a carreira desenvolvida por Emília em torno da “educação da mocidade, pela disseminação dos bons costumes”. Era como se elas figurassem como as principais ou mesmo únicas contribuições do romance “à sua terra”, enquanto poucos valorizariam as “figuras reais, sentidas, vividas e observadas” em “A Primavera Voltará”.

A história desse livro indica um processo de eclipse mais amplo. A prosa de Emília, assim como de várias escritoras de seu tempo, foi recebida pelos pares de modo geral como portadora de elementos que a definiriam como espiritualista, introspectiva, de acentuada delicadeza e sensibilidade e foi elogiada por isso. Ela foi admirada como mulher, cuja “essência” seria emotiva, cuidadosa e melancólica – imagem que vai ao encontro de uma naturalização do feminino, operada pelo sistema de gênero da época – como se estas

fossem características universais das mulheres, portanto da mulher que escreve. Essas apreciações, que eram correntes quando da publicação do livro, remontam a séculos de literatura em que “as mulheres permaneceram nas margens, condicionando que a voz dos homens não teria gênero e que por isso existiriam duas categorias, a ‘literatura’, sem adjetivos, e a ‘literatura feminina’, presa a seu gueto” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 63). As palavras mobilizadas pelo receptor José Augusto, em 23 de maio de 1950, ilustram a questão:

Ainda agora a escritora Emilia Dantas nos envia o seu romance “A Primavera Voltará”. Desde o sugestivo título com o qual enuncia seu magnífico breviário, escrito com alma e coração, até as derradeiras páginas, sente-se a delicadeza e a sensibilidade da poetisa, a reviver um drama sutil de comoventes lembranças no qual existe um sonho que é uma esperança que ainda nos acena, com promessas desvanecedoras que é tão diferente daqueles outros que bem cedo traíram as nossas aspirações e os nossos anseios de realidade. A escritora Emilia Dantas merece os nossos estímulos. Não cabe nesta síntese a análise demorada do belíssimo romance “A Primavera Voltará”... Contudo, devemos afirmar que a autora foi para nós revelação mais animadora da vitória das letras femininas, das quais ela é, sem favor, uma das mais autorizadas representantes (AUGUSTO, 1950, p. 5).

O que se destaca na lide com a documentação, a partir daí, é que décadas depois do sucesso de seu livro, a autora encontrar-se-ia *invisibilizada*¹¹. Em conformidade com os estudos de Zolin (2012, p. 160-161), atesta-se, mais uma vez, que apesar de existir uma considerável produção literária de autoria feminina no Brasil (e de acordo com esse recorte, no Paraná), o gênero foi tomado como forma de expressão dessas escritoras, considerado suas expressões como “menores” em relação à “arte de escrever”, instituída tradicionalmente como domínio masculino.

Esse tema, concordando com Heloísa Buarque de Hollanda (1992), implica considerar os modos de inserção, as condições de exercício e as dinâmicas de consagração (e apagamento) intrínsecas às configurações intelectuais. Em conformidade com essa proposta, que questiona os próprios processos de construção da história e do cânone

¹¹ Lúcia Osana Zolin (2012), juntamente com outras pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do projeto denominado “A Literatura de Autoria Feminina Paranaense”, que já resultou na construção de um Centro de Documentação voltado ao tema, vêm realizando o mapeamento da produção tornada “invisível” pela mediação crítica da História da Literatura, a partir de uma postura de revisão do cânone e de desconstrução dos saberes hegemônicos, buscando conferir visibilidade histórica e literária às escritoras do passado e do presente.

literários, o romance aqui mobilizado permite problematizar como os espaços literários se articulam com o corpo social mais amplo, fazendo-se repletos, portanto, de relações de poder¹². Dessa perspectiva, consideramos que os valores definidores da “boa literatura” e do “levrável/consagrado” num determinado contexto são tributários de uma complexa rede de posições, interesses e negociações, marcadas por profundas desigualdades sociais de gênero, classe e/ou raça, que se reproduzem ou se transformam ao longo do tempo. Dialogando com o trabalho de Regina Dalcastagnè (2005, p. 17), compreende-se que, assim como na produção literária brasileira atual, os parâmetros de julgamento estético do passado circunscreviam “um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros”, o que significa que determinadas produções tendiam a ser *não incluídas* de antemão.

No que diz respeito à longa história da marginalização das mulheres na instituição literária, estamos lidando com um problema que não é novidade, mas que vem sendo proposto de diversas maneiras por pesquisadoras e pesquisadores, sobretudo dos anos 1980 pra cá. Visando contribuir com as descobertas e com o debate em torno das escritas ausentes/esquecidas/eclipsadas do cenário da literatura em função do seu lugar de produção (sendo que a maioria das escritoras brasileiras se encontram nesse patamar), o tema é retomado aqui a partir das vozes de uma autora do interior do Paraná, cuja legitimidade enquanto produtora cultural parece ter sido colocada em questão, em diferentes momentos, tanto por interdições explícitas, quanto veladas, e que tenciona, com a sua presença, o próprio entendimento acerca do que é a atividade literária (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 16).

No fim dos anos 1940, Simone de Beauvoir denunciava como a entrada das mulheres na literatura ainda se dava como “mulheres”, isto é, de acordo com os efeitos de gênero vigentes. Apesar das especificidades contextuais, é possível estabelecer um diálogo entre os processos escancarados em “O Segundo Sexo” e aqueles que envolveram a inserção e a consagração de Emília Dantas Ribas: algumas marcas identitárias e

¹² Joan Scott (1992), ao trazer à luz o processo de emergência (a partir dos anos 1970) do campo de estudos da história das mulheres, já destacava o seu paradoxo decisivo: aquilo que supostamente seria um suplemento – as mulheres, então ausentes, foram adicionadas – à história estabelecida, promovia, a um só tempo, um deslocamento radical – reivindicando uma necessidade de reescrita e substituição – dessa história.

essencializadoras limitavam, em diversos sentidos, a apreciação da qualidade e a própria feitura das obras. Sancionadas pelo senso comum e (não menos) pelo senso institucionalizado das letras, internalizadas e externalizadas pelos agentes¹³, estas marcas valoravam que a mulher escrevia como uma espécie de ornamento e que “o estro feminino seria destinado a cantar sonhos e fantasias interiores, como se as mulheres não fossem capazes de refletir sobre os problemas da sua existência humana e social” (LEITE, 2005, p. 233).

Emília Dantas Ribas, nesse sentido, parece ocupar um duplo “não lugar” na história literária: o lugar de mulher - de outro/de segundo - e o lugar de mulher conservadora. Há que se destacar que ela se situa próxima, do ponto de vista literário, de uma gama de escritoras militantes católicas, como Amélia Rodrigues (1861-1926) e Júlia Lopes de Almeida (1862- 1934), cuja produção data de fins do século XIX e da primeira metade do século passado e cujas *tomadas de posição*, como integrantes das classes médias e das elites, não foram (ou não parecem ter sido) de contestação alta e declarada aos valores vigentes.

A História das Mulheres que, devido a sua orientação política e metodológica, resgatou experiências históricas de dominação masculina e uma gama de resistências cotidianas a elas atreladas, no caso das escritoras, parece ter privilegiado determinados tipos de autoras e textos: as obras analisadas geralmente eram formadas por imagens de mulheres fortes, com as quais as potenciais leitoras poderiam se identificar. Esse processo esteve vinculado à formação de uma agenda de interpretação pela crítica feminista, que, conforme afirma Toril Moi (1988) definindo o que seria uma “boa literatura” de autoria feminina a ser convertida em objeto de estudo, acabou operando, muitas vezes, um coroamento de uma forma expressiva de narrativa: o realismo ao invés do idealismo, o engajamento ao invés do exílio, a identidade integrada e exemplar ao invés de “eus” móveis e pluralistas, o caráter revolucionário ao invés do reacionário, etc. Toril Moi assinala esses aspectos em torno das tentativas de formação de um contra-cânone, empreendimento fundamental,

¹³ A noção de *habitus* empregada por Pierre Bourdieu (2004, p. 158) ajuda a pensar tais questões: ela se refere a um conjunto de disposições corporificadas através das quais as pessoas apreendem o mundo social, a partir da interiorização das estruturas sociais desse mundo. Trata-se de um conjunto de estruturas cognitivas e avaliatórias que os agentes adquirem através da sua experiência em uma posição social. Dessa perspectiva, todos constroem ativamente as suas visões de mundo, mas o fazem a partir de esquemas de produção de práticas (sociais, culturais, intelectuais), que funcionam também como um sistema de percepção e apreciação destas mesmas práticas.

mas que não esteve livre, por sua vez, de mecanismos de escolha, em certo sentido, semelhantes aos que buscavam superar.

Dentro dos estudos sobre mulheres - inegavelmente ricos – realizados até o início dos anos 2000 no Brasil, toda uma gama de mulheres e de formas expressivas textuais que se alinham ao espectro do conservadorismo político e social, a não ser quando participantes das primeiras organizações feministas, teriam recebido pouca atenção. Conforme atesta Ana Paula Vosne Martins (2016, p. 3), o esquecimento de escritoras e militantes pertencentes à elite, tanto por parte da história, quanto da literatura de mulheres, estaria vinculado aos posicionamentos morais e ideológicos veiculados por elas e que foram interpretados pelos analistas como conformistas ao que socialmente delas se esperava (casamento, maternidade e obediência). Tais mulheres foram então enquadradas como agentes da reprodução e da dominação de gênero postas em sua época e espaço social. Compreendendo Emília Dantas Ribas de maneira relacional e como sujeito múltiplo, questionamos a própria identidade construída a seu respeito enquanto “mulher de elite e católica”. Procurando não deletar da análise as ambiguidades das situações, interessa refletir sobre modos de vida e de ação menos perceptíveis do que as (e mesmo que destoam das) linguagens dos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que, ao nosso ver, não são objetos menos importantes.

As mulheres de elite no Brasil foram, sim, quase que na sua maioria conservadoras intransigentes porque a formação que tiveram em suas famílias, nas escolas e principalmente pela religião católica as levou a cumprir e a defender aquele papel de reprodutoras da ordem familiar e social, visto não como algo limitador, mas como uma missão socialmente valorizada. Entretanto, há nesta imagem das mulheres de elite uma tendência à homogeneização e uniformidade desconcertante. [...] Se a categoria “mulher” foi alvo das críticas políticas que questionavam a sua universalidade, sem com isso enfraquecer a validade política do feminismo na sua incansável luta contra os sistemas de gênero e sua violência histórica, como é possível insistirmos na imagem uniforme da “mulher conservadora”? (MARTINS, 2016, p. 3).

O nosso inquérito histórico-literário em torno do romance “A Primavera Voltará” retoma práticas de educação e ocupação profissional de mulheres de elite no Brasil da primeira metade do século XX, pensando a trajetória de Emília como uma escritora que, assim como as integrantes do *Centro Paranaense de Cultura Feminina* (criado em Curitiba em

1933) investigadas por Seixas (2011), combinou ações culturais e educativas pautadas pelos ideais do maternalismo e da puericultura em voga naquele período, que contribuíram, à sua maneira, para a ampliação dos espaços sociais e intelectuais de atuação femininos.

3. Vestígios da trajetória de Emília Dantas

Emília Dantas nasceu na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, no dia 1 de novembro de 1907 e faleceu em Curitiba, em 19 de janeiro de 1978. Vivenciou toda a sua infância, juventude e boa parte da vida adulta na cidade natal, onde foi iniciada nas letras, tornando-se leitora nos âmbitos da casa e da escola. Ao longo dos anos, a prática e o gosto da leitura se concretizaram: alfabetizou-se no Grupo Escolar Senador Correia, em seguida cursou, junto a outras meninas cidadinas, a escola intermediária, que, por sua vez, preparava-as para a próxima etapa educativa que se abria às mulheres naquela realidade: a Escola Normal. Em todos estes espaços foi aluna da professora Judith Macedo Silveira¹⁴, cuja atuação, Emília evocaria, anos depois, com as seguintes palavras: “Ereta, quase viril, desfilando com a bandeira auriverde desfraldada ao vento. Os alunos, impecáveis nos seus uniformes, cantavam os hinos da Pátria e marchavam, com o Brasil, para os mais altos destinos da humanidade” (OLIVEIRA, 2002, p. 173).

Emília e suas irmãs receberam uma educação primorosa, pautada numa série de valores e hábitos católico-nacionalistas e higienistas¹⁵. Os pais – José Joaquim e Marcelina Dantas – apoiaram a sua inserção na carreira profissional do magistério: “Ao ensino pontagrossense, a família Dantas deu três educadoras: as irmãs Judith, Emília e Marcelina” (OLIVEIRA, 2002, p. 172). Emília se formou pela Escola Normal Primária de Ponta

¹⁴ Segundo Oliveira (2002), Judith Macedo Silveira nasceu em 1893. Formou-se na Escola Normal de Curitiba em 1909. Exerceu carreira no magistério em Ponta Grossa, dirigiu e lecionou durante anos na Escola Normal local, destacando-se por fundar em 1926 o Liceu dos Campos, estando a sua frente até 1945. Ela foi à fundadora da Cadeira 30 da *Academia Feminina de Letras do Paraná* (fundada em 1970), depois assumida por Emília Dantas Ribas. Faleceu em Ponta Grossa em 1947.

¹⁵ Além das duas irmãs, Emília possuía 6 irmãos: Antonio Dantas, diretor da revista “Correio dos Ferroviários”, Eduardo Dantas e Manuel Dantas, funcionários da chefia do tráfego ferroviário, Carlos Dantas, bancário residente em São Paulo, Cesar Dantas, engenheiro civil residente em Curitiba e José Dantas, funcionário da estrada de ferro (este último faleceu ainda jovem em 1942).

Grossa em 1929. A instituição em sua versão moderna, que existia apenas há cinco anos (desde 1924), do ponto de vista da instrução pública, caracterizava-se como pioneira no estado do Paraná, e, do ponto de vista arquitetônico, pela monumentalidade do seu edifício. A Escola Normal modificou a economia estética e educacional da cidade.

Os esforços educacionais e profissionais seguidos por Emília Dantas se entrelaçaram às transformações sociopolíticas ocorridas no país na primeira metade do século XX que, segundo Seixas (2011), modificaram substancialmente as experiências femininas no mundo urbano: ao mesmo tempo em que os papéis sociais de gênero eram politicamente mobilizados por discursos médicos, jurídicos e científicos, onde se reforçava uma visão tradicional da feminilidade (na qual a mulher seria responsável pelo lar e pela família), as mulheres foram requisitadas em locais fora do lar, passando gradativamente a se inserir nos meios educacionais, profissionais e culturais de muitas cidades brasileiras.

Nos anos 1930, enquanto Ponta Grossa passava por uma ampla reforma urbana, nos moldes do ocorrido em outras cidades brasileiras – realinhamento das ruas centrais, ampliação das redes de água e iluminação e criação de estabelecimentos de ensino primário público – Emília lecionou ao lado de Helena Kolody¹⁶ e começou a traçar o seu protagonismo público, ao passo que essas mulheres se envolveram em empreendimentos pedagógicos e de escrita em comum.

A escola funcionou, assim como a imprensa, os saraus e academias, como um *locus* das redes de associação intelectual das mulheres e dos espaços informais ou semipúblicos onde a reflexão sobre a literatura e a cultura se desenvolvia e circulava. O “fazer-se intelectual” de Emília esteve intimamente relacionado a essa ocupação sócio-profissional (o magistério). Um dos modos de inserção e um marcador social da aquisição de prestígio – sobretudo quando alcançou os cargos de Diretora de ensino – foi por meio do ofício que ela se lançou na esfera da cultura.

Emília Dantas fez parte do grupo de mulheres paranaenses recrutadas a participar

¹⁶ Helena Kolody nasceu em Cruz Machado em 1912. Coursou a Escola Normal, atuou como professora em Ponta Grossa, Curitiba e outras cidades paranaenses. Escreveu diversos livros de poesia e é considerada a primeira mulher a publicar Haikais no Brasil (1941). Pertenceu a *Academia Paranaense de Letras* (1991), recebeu prêmios como o título de "Doutora Honoris Causa" pela UFPR e faleceu em Curitiba em 2004. Luísa C. dos Santos Fontes (2008) pesquisou a sua obra.

da política governamental do interventor do Paraná Manoel Ribas (1932-1945). Ela foi a primeira a assumir o posto de Direção de ensino, entre 1935 e 1937, da primeira escola construída no seu governo: o Colégio Júlio Teodorico, erguido no centro de Ponta Grossa. Na manhã de inauguração do edifício, marcada por uma pomposa cerimônia “pronunciou-se a educadora [...] que falou na qualidade de diretora do novo Educandário” (BATISTA, 2006, p. 3). Discursando entre os homens da alta elite política estadual e para um público majoritariamente masculino¹⁷, vemos Emília, nesse momento, investida de um lugar de *fala autorizada*. Depois deste cargo, ela exerceu por várias vezes a direção da Escola Normal Primária local junto às atividades de docência e de paraninfa dos “professorandos” e, especialmente, das “professorandas”.

Autora de estudos e discursos na área do ensino público e do civismo, ela estabeleceu circuitos entre a escola e a imprensa, onde iniciou e praticou a sua escrita literária. Segundo o levantamento realizado por Fontes (2008), das publicações feitas por mulheres na imprensa de Ponta Grossa, com exceção de Anita Philipovsky¹⁸ – na época já consagrada – de Helena Kolody¹⁹ e de Emília Dantas, todas as demais escritoras, em sua maioria professoras, assinavam seus artigos com pseudônimos, como Branca de Neve, Cinderela, Ranzinza, Chiffon, Brasileira, Mike, Flor de Lótus, Muriel, Espanholita, Satanela, Tia Bilu ou então com as iniciais: GIP, LPM, CL (FONTES, 2008, p.4). Ainda não se sabe se ou quais destes artifícios de publicação foram usados por Emília Dantas, tampouco sobre a sua produção espalhada pela imprensa.

O que conseguimos reunir através de indícios esparsos é que Emília Dantas

¹⁷ Entre eles: Manoel Ribas, Governador do Estado; Dr. Gaspar Veloso, Diretor Geral da Instituição Pública do Paraná; Albary Guimarães, Prefeito Municipal; D. Antonio Mazzaroto, Bispo Diocesano de Ponta Grossa; Dr. Lauro Fabrício de Mello, Promotor Público da Comarca; Cel. Adolphito Guimarães, Delegado de Polícia; Dr. Ângelo Lopes, Diretor de Obras Públicas do Estado; João Rodrigues, Diretor de Ensino do Município; Dr. Raul Machado que fiscalizou a construção do edifício escolar, etc. Os presentes visitaram as dependências do novo Grupo Escolar e em seguida o governador e a comitiva foram almoçar no Hotel Franze (BATISTA, 2006, p. 3).

¹⁸ Anita Philipovsky nasceu em Ponta Grossa em 1886. Estudou línguas, literatura, artes e música em casa, com professores europeus contratados por seu pai. Publicou contos, crônicas, poesia e crítica literária em numerosos jornais, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XX. Após o pai falecer, recolheu-se nos muros da fazenda e destruiu a sua obra. Faleceu em 1967. O resgate da obra publicada pela autora na imprensa foi realizado por Santos (2002).

¹⁹ Nos anos 1930, Helena Kolody coordenou uma página feminina no jornal *Diário dos Campos*, que dizia espelhar “palida e modestamente, a alma pulchra [sic] da MULHER PONTAGROSSENSE”, sendo que algumas matérias saíam em nome do *Centro de Cultura Feminina* (FONTES, 2008, p. 4).

escreveu poemas, ensaios, contos e “esteve presente nos principais jornais e revistas editados no Paraná e era um nome muito respeitado nos círculos culturais do estado” (OLIVEIRA, 2002, p. 173) antes de adquirir o sobrenome do marido. Conforme noticiado nos jornais, ela foi a palestrante que abriu a “Semana da Criança” realizada em Ponta Grossa em março de 1942 sob o patrocínio da Associação de Puericultura e da Prefeitura Municipal, além de ter pronunciado conferências pela Rádio PRJ-2 em diversas ocasiões, ao lado de intelectuais de renome no estado:

No palácio municipal a srta. Emília Dantas, diretora da Escola de Professores e brilhante intelectual patricia, pronunciou sugestiva conferencia sobre o 24 de maio, seguindo-se com a palavra o dr. Walfrido Piloto, cuja solida cultura é conhecida de todos. Sua oração, como a anterior, também alusiva a data, foi muito aplaudida. [...] E, assim, num ambiente de franco patriotismo, em meio as mais expressivas manifestações de brasilidade, para o que muito contribuiu a boa vontade do cel. Tristão de Alencar Araripe, comandante do Regimento aqui aquartelado, foi comemorado, em nossa cidade, o feito glorioso de nossas armas na campanha do Paraguai (OLIVEIRA, 2002, p. 172).

Sua inserção e reconhecimento como “brilhante intelectual” convidada para falar para grandes plateias de ouvintes, evidencia a proximidade que estabeleceu com instituições como o Exército e o Governo municipal e estadual, atrelada ao capital social herdado de sua família e a própria posição que conquistou na Escola Normal. O caráter cívico de suas falas, que, inclusive, atravessa a sua escrita ficcional, parece ter um peso significativo na construção desse lugar de fala, permitindo que ela acionasse seus conhecimentos literários em discursos direcionados à comunidade local, destacando-se aí a comunidade de mulheres de elite. Em setembro de 1945, o jornal *O Dia* publicou uma de suas falas na rádio de Ponta Grossa, denominada “A mulher e o alistamento”, em que ela fervorosamente conclamava as mulheres da cidade ao voto e à cidadania, defendendo sua agência pública:

É lamentável que se verifique que, quase as vésperas de encerrar-se o alistamento, poucas são as mulheres de Ponta Grossa que se capacitaram para comparecer às urnas e ali cumprir dever de brasileiras. Mulher de minha terra que constitues uma parcela da célula viva e palpitante de entusiasmo que é o Brasil – venho hoje falar-te. [...] é a pátria que conclama, neste momento, todos os cidadãos dignos de servi-la, e a mulher não lhe pode faltar. Não há governo popular que possa subsistir onde os cidadãos, em quem de fato reside a plenitude da cidadania, desconheçam os seus deveres cívicos ou sejam incapazes de cumpri-los – E o civismo não só diz direito ao homem mas também a mulher. Cabe à ela o dever de comparecer às urnas e ali mostrar que o Brasil não está em fase de decadência ou desintegração. Que aqui a mulher ocupa o verdadeiro lugar que merece dentro do desenvolvimento harmônico de uma pátria nova e produtiva que anseia por mais altos destinos. [...] E tú, mulher de Ponta Grossa,

não irés dar a triste impressão de que estás desligadas dos problemas nacionais e de que te não importas com os destinos da nação. [...] Alista-te, defende, com teu voto, o patrimônio da liberdade que herdaste dos nossos antepassados. Acostuma-te a cultivar o interesse pelos assuntos públicos, a retidão dos motivos com que deve agir o cidadão, o espírito de cooperação para o bem comum, o juízo certo no estudo das situações da vida pública e a iniciativa em aplicar a tais situações os meios adequados de sua solução (DANTAS, 1945, p. 3).

A escritora defendia a ascensão pública das mulheres através do argumento do aumento do coeficiente eleitoral do estado, representando essa participação como proveitosa para que elas tomassem parte mais ativa na política nacional. O texto indica uma profunda percepção das condições sociais de atuação das mulheres no campo do debate intelectual e político: ela jogava com a suposta falta de juízo da mulher em assuntos públicos, combatendo as imagens de que essa seria uma postura natural. Ressaltando que as características modernas e de participação coletiva podem ser ensinadas/aprendidas e, mais do que isso, despertadas em cada uma, Emília previa com argumentos bem encadeados possíveis críticas à sua tomada de posição. Suas palavras eram de combate à velha representação da mulher presa ao ambiente doméstico, ou antes disso, de defesa de uma mulher moderna que estava se construindo no contexto do fim da 2ª guerra mundial.

Ao aconselhar suas colegas pelo alistamento e iniciativa, insistia que a contribuição da mulher era indispensável para a evolução da sociedade brasileira. Essa ideia, em tons sutis, apresentava novas possibilidades de entendimento sobre a decadência: entre outros elementos, apontava que uma sociedade que não considera as mulheres da sua pátria enquanto cidadãs poderia significar uma sociedade que tende a ser decadente. O recurso utilizado para mobilizar essas categorias dialogava com as representações tradicionais da mulher, uma vez que apelava para os seus sentimentos de tristeza, bondade e mesmo renúncia diante da guerra que assistiram nos últimos anos, esperando o retorno dos homens que foram lutar na Europa. Em certo sentido, dizia Emília, as mulheres deviam sua participação na esfera pública aos soldados que se sacrificaram por um ideal: “oh tú que viste, agoniada, o sacrifício de nossos bravos, lembra-te que chegou a tua vez de cumprir o dever de brasileira” (DANTAS, 1945, p. 3). A autora exprime, nos textos dessa época, expressões de uma experiência geracional, bastante marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela disseminação de imagens de transição referentes ao feminino.

Na segunda metade da década de 1940, Emília Dantas se casou com Odilon Lustosa Ribas, pertencente a uma família tradicional dos Campos Gerais, cujos antepassados figuram entre os sesmeiros e tropeiros fundadores de Ponta Grossa, que atuavam como proprietários de terras e empresas na região. O acontecimento desencadeou um processo de (re)nomeação, já que foi como Emília Dantas Ribas que a nossa personagem passou a ser publicada a partir de então. É este nome que figura na capa do romance “A Primavera Voltará”, texto que ocupa um lugar de destaque em sua trajetória, já que foi a partir dele que passou a ser reconhecida como romancista. Como já mencionamos, a autora recebeu um prêmio em 1949 no concurso do *Centro de Letras do Paraná*, ao qual se seguiu a sua eleição como sócia deste *Centro*, como também da *Academia de Letras José de Alencar* (também localizada em Curitiba), ambos no segundo semestre do ano de 1950.

Como literata, reunindo suas experiências anteriores que se estendiam da escola à rádio, dos círculos de elite às rodas de mulheres, Emília empregou uma série de estratégias na escrita e na divulgação do seu livro. Entre elas, podemos destacar como ela mobilizou e fez usos de personagens e de categorias narrativas que já eram apreciadas nesses mesmos círculos. “A Primavera Voltará”, por esse mesmo motivo, deu lugar a uma escrita multifacetada, que não pareceu romper com os “limites permitidos” às mulheres bem quistas naquela sociedade, mas que, nem por isso, deixou de apresentar críticas e colocações sociais ao estado circunstancial das mulheres dos Campos Gerais, ao passo que sua autora experimentou lampejos de liberdade constitutivos das estéticas da existência, transbordando-se em “espaços que se abrem a partir da linguagem e da escrita como prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro” (RAGO, 2013, p. 30).

Dando continuidade à análise, levantaremos, a seguir, um conjunto de elementos literários intrínsecos ao romance, a fim de compreender a maneira pela qual Emília se constitui discursivamente como sujeito nesse texto, dando voz a uma personagem central na qual orbitam uma série de mulheres com vozes próprias.

4. “A Primavera Voltará” e as mulheres

“A Primavera Voltará” tem 227 páginas. O exemplar que tenho em mãos se encontra amarelado e desgastado pelo tempo. Estruturada em 12 capítulos numerados com algarismos romanos, a narrativa é conduzida em todos eles pela protagonista, em primeira pessoa. A personagem-narradora se chama Vanira e, assim como sua criadora, representa uma professora nos Campos Gerais do Paraná.

O primeiro capítulo retrata Vanira como uma mulher solitária, resignada, cansada e mesmo perturbada, que vive na mesma “casa grande” da infância, uma casa que se encontra esvaziada desde que o pai da família faleceu e seus irmãos, pouco a pouco, partiram para a vida adulta. Como a personagem não se casou, o romance faz emergir um lugar habitado, basicamente, por mulheres: Vanira e suas amigas, colegas de profissão, a empregada Rosália e a mãe (Dona Aninha) aleijada, que “morta-viva, dormia na cadeira de rodas”. Esse cenário corresponde ao momento presente do texto, ou seja, de onde a personagem-narradora parte, à beira de sua escrivaninha, estabelecendo uma relação ambígua de temporalidade perante o leitor/leitora.

Assim como em diversas obras analisadas por Margareth Rago (p. 30), a autora opera recortes do passado e de experiências que valoriza ou silencia em relação às mulheres retratadas, abrindo possibilidades de subjetivação e de existência para elas, isto é, apresenta personagens e situações a partir dos quais se pode perscrutar “a dimensão narrativa de construção do eu na objetificação da experiência” (RAGO, p. 30). Vanira evoca imagens de passado, sob a ótica subjetiva dela própria, seja porque as vivenciou em carne e osso ou porque as imaginou através de histórias contadas por pessoas próximas dela. O relato como um todo é baseado naquilo que a personagem chama de um “desfile de visões esmaecidas que marcham em procissão” (RIBAS, 1949, p. 88) que são constituídas, fundamentalmente, a partir de lembranças de Vanira-criança, de Vanira-adolescente, de Vanira-adulta e de Vanira-envelhecida, em suas relações (mutáveis) com o mundo, consigo mesma e com os outros personagens.

A temporalidade do romance, portanto, não é linear: pautado num tempo psicológico, alia-se ao fluxo de consciência da voz narrativa. Daí a dificuldade de estipular, em alguns momentos do texto, a qual das épocas descritas ela está se referindo. Tanto que, é somente nos últimos capítulos, fruto da estratégia narrativa de suspense empregada, que

conseguimos compreender que o momento mais contemporâneo da narrativa (o lugar de fala da narradora) trata-se da primeira metade da década de 1940, devido às referências à Segunda Guerra Mundial.

Toda a feitura do livro é desembocada pela leitura de uma carta. A epístola – recebida de um ex-aluno saudoso dos tempos de escola, agradecendo-lhe por sua dedicação – faz emergir em Vanira questionamentos, sentimentos, fantasmas e reflexões sobre a sua existência:

Não sei como pode uma carta exercer em nós uma influência tão grande e comover-nos tanto. Mas hoje foi assim [...] As palavras daquela carta, por essa estranha sensação que me acompanha desde ontem, entraram-me profundamente no coração (RIBAS, 1949, p. 13-14).

Com esse gatilho, a narradora, em certo sentido, expõe que nas condições de formação da escritora e do desejo de escrever, subjaz o processo de formação de uma leitora (FONTES, 2008, p. 1). Essa passagem também veicula o ideal de “escrita de ressurreição”, que irá definir a personagem no fim do livro: ela escreve para existir, para sair do exílio, para, através da escrita, exorcizar um passado e promover um futuro. Vanira se agarra na escrita como uma âncora, um meio para agir no mundo:

Escrever é dar a alma no momento da emoção, pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha; os meus escritos permanecem inviolados. Também não quero lê-los; talvez um dia eu os traga a luz [...] O dia avança. A carta de Eduardo continua na minha frente. Rosália veio por várias vezes saber se preciso de alguma coisa. – Estou ocupada, Rosália. Preciso ainda escrever muito. Tomei uma refeição ligeira e já não quero nada. A única realidade esmagadora do momento era não interromper a marcha das recordações do passado (RIBAS, 1949, p. 178).

Ela fala sobre um silêncio a que se sentia impelida, característica que Leite (2005) já percebeu em diversas poesias do início do século, e que constitui também assunto da prosa. Este elemento está relacionado, neste romance, a uma condição de gênero: o fardo que significava ser uma “solteirona” naquela sociedade. Quando jovem, Vanira se apaixonou por um homem desconhecido, chamado Ricardo, durante uma viagem que fez à praia junto

com as colegas professoras. Este homem irá agonizá-la, a um só tempo, como seu grande amor e sua tragédia vital: depois de se apaixonar e manter com ele um relacionamento, bastante comportado e cristão, cheio de epístolas de amor, a personagem descobre que ele era casado (com Sandra). O sofrimento por não saber se foi e/ou se será um dia amada por ele, soma-se com o estigma do lugar de “amante”, reforçando a imagem da ameaça moral que a solteirice representava naquela sociedade.

Emília Dantas Ribas opera neste triângulo amoroso uma inversão interessante: se, por um lado, adota a dicotomia romântica dos arquétipos femininos tradicionais, na qual uma é o anjo, a mulher passiva e dócil – “Mas vou seguindo com a corrente e ela arrastasse, dominadora” (RIBAS, 1949, p. 63) – a outra, é o monstro, a mulher que rechaça o passivo – “Na vingança silenciosa, ela venceu. Destruiu tudo de um golpe” (RIBAS, 1949, p. 68) –, por outro lado institui a personagem de Sandra, a esposa, como a antagonista da história. Grávida, sabendo das paixões do marido, vinga-se dele tomando um veneno, que aniquila ao mesmo tempo, consigo mesma, com o filho (uma prática de aborto) e com o casamento: a morte desse bebê como fruto da maldade representa o extremo oposto do imaginário cristão de *mãe sacrificial*, projetando a ideia de que Vanira, como professora, era muito mais mãe do que Sandra²⁰. Essa questão é reiterada na própria relação que a mocinha, amante que foi enganada, estabelece com Ricardo depois do acontecido: com a perda, ele adocece mentalmente e acaba louco, interno num asilo. Vanira, enquanto polo de bondade e sacrifício da narrativa, continua doando seu amor em visitas ao homem-enfermo que é a causa de suas principais angústias.

A página que abre “A Primavera Voltará”, como já apontamos, demarcava, em paratexto, o ideal de amortização dos desejos e dos sonhos em prol da humanidade. A defesa explícita de um modelo de mulher que esquece de si mesma, faz-se presente em várias camadas do texto. Percebe-se ao longo da narrativa, a afirmação de um tipo muito específico de *agência feminina*, pautada na virtude, na coragem, na benevolência e no

²⁰ Veja, por exemplo, este trecho: “Eu não sabia, realmente, o que era ser mãe; devia ser verdade; mas eu apenas não concebera um filho, não sentira nas entranhas o grito faminto de vida explodindo na ânsia da liberdade e da luz; meu sangue não circulava em outras veias, mas minha alma, essa sim, vivera a maternidade alheia, sofrera a dor, a incompreensão, batera-se arduamente nas caminhadas de mãe que se dá inteiramente aos filhos e que os perde irrevogavelmente sem qualquer compensação” (RIBAS, 1949, p. 48).

sofrimento, “o mestre que nos ensina as maiores lições” (RIBAS, 1949, p. 73), como geradores de uma força, quem sabe até de um poder, partilhada entre as personagens mulheres.

No universo de Vanira, a maioria das mulheres é envolvida em algum tipo de trabalho social – médicas, professoras, caritas – e praticam muita oração. Estas mulheres ficcionais atentavam para a necessidade da mobilização e do interesse por parte das mulheres brasileiras, no enfrentamento de epidemias; nas defesas da nacionalidade perante o contexto da Segunda Guerra Mundial; nos serviços de saúde, educação e abrigo públicos. De acordo com Martins (2016), esses temas se revestiam de muita importância nos anos 1930 e 1940, quando, motivadas pela religião e pelo humanitarismo, bem como pelo conservadorismo social e político, as mulheres de elite no Brasil buscaram modernizar e implementar a atuação feminina no espaço público por meio da assistência social, que unia conhecimentos profissionais à experiência acumulada como mães e filhas no cuidado de seus familiares:

O terreno do que então se chamava de ação social era imenso, abrangendo as velhas práticas da caridade cristã de atenção aos mais pobres e necessitados, passando pelas instituições de saúde pública, de educação sanitária, de formação para mulheres trabalhadoras, de educação para crianças e adolescentes e a atenção à maternidade e a infância. [...] o trabalho voluntário das associações de caridade e de filantropia, [foi um] terreno no qual se esperava socialmente que as mulheres trouxessem sua experiência no âmbito privado e pudessem dar a sua contribuição social. Este era um tema caro ao feminismo difundido por mulheres como Loschi, Mesquita [...] e Bertha Lutz [...] cuja problematização vinha crescentemente chamando a atenção de médicos, juristas, advogados, religiosos e mesmo políticos preocupados com a extensão dos problemas sociais que afetavam parcelas significativas da população brasileira, reunidas sob a rubrica dos “pobres” (MARTINS, 2016, p. 2).

A construção da personagem Belina, a amiga de infância de Vanira, é sintomática desse tipo de visão de mundo: ela, que era de família pobre, ergue-se no romance, através da educação pública e, formando-se médica, opta por não atuar como médica mundana, mas sim como uma samaritana: atendendo gratuitamente e fora de horário enfermos da epidemia de tifo (os filhos dos vizinhos), e, depois, trabalhando no asilo, no qual ocupa o cargo de Diretoria. Esta ocupação aparece com uma carga profunda de responsabilidade social. A atuação médica se interliga às fortes imagens de guerra e de morte invocadas no livro, especialmente pelas lembranças da Guerra da Lapa, vivenciada no fim do século XIX

pelos pais da personagem-narradora²¹.

No décimo capítulo, Belina fala da importância da sua atuação pública, enquanto mostra os pavimentos do asilo em que trabalha, descrevendo diversos pacientes que precisavam dela e que estavam sob o seu cuidado e observação:

– Você não sabe como é delicioso viver nesta casa, a casa de todos. Essas crianças são como que o complemento da minha vida. Aí adiante está o pavilhão dos velhos, dos tristes, dos abandonados. Entre a infância em desamparo e a velhice no abandono, é que tenho vivido ultimamente. E me sinto feliz como nunca [...] tenho sido útil, tenho vivido como devia viver uma mulher que pode prestar serviços à humanidade (RIBAS, 1949, p. 170).

Nesta e em outras passagens, a autora traz para o texto literário uma defesa do trabalho social feminino como uma atividade na qual as mulheres encontram satisfação moral e grande utilidade social. A metáfora da “maternidade republicana” em voga naquele período valorizava o papel das mulheres educadas e unidas como civilizadoras e responsáveis pela nação moderna, pela formulação das políticas sociais. Nestes projetos de agência pública, mesclavam-se valores conservadores de classe e de gênero e ações de assistência e amparo aos necessitados: a forma como idosos, crianças, abandonados e dementes foram citados ao longo do texto é herdeira de um vocabulário e de uma retórica cristã de “mundo dos cuidados”, tradicionalmente relacionado à mulher (e a uma extensão da família), que reforçavam lugares sociais generizados.

No esteio desse vocabulário, Emília se apropria de uma série de códigos do imaginário romântico para mobilizar um discurso literário próprio aos seus anseios. Dentro dos esquemas românticos, constrói outras vozes, principalmente por meio dos

²¹ O Capítulo IV, que é o capítulo mais longo do livro, narra em detalhes episódios da Revolução Federalista enfrentados no Paraná em 1893 pela geração dos pais da personagem-narradora, que apresentam várias aproximações com os pais da própria Emília. A narradora promove um romance histórico e lança a sua própria interpretação da história. Atente-se ao seguinte trecho: “Os rebeldes tinham o quartel instalado no alto do cemitério e dominavam a cidade; os mortos, sacudidos por certo no seu sono calmo, olhavam a hedionez daquela tragédia pelos buracos das caveiras manchadas de sangue [...] Cadáveres enchiam os quintais, as ruas, e o sangue misturado com crânios esfacelados manchava as paredes brancas das casas semi destruídas. [...] Começou então a deserção nas tropas e 6 de fevereiro troou a artilharia inimiga para o assalto as posições legais. [...] Depois da dureza daquele combate, o fogo como que cessou dos dois lados. Montões de ruínas. [...] Terminado o combate, Aninha e D. Augusta abraçaram-se comovidas” (RIBAS, 1949, p. 69-70).

personagens secundários, a maioria deles sujeitos mulheres, a quem permite movimentações “mais corajosas” e críticas, ou menos veladas, como é o caso da personagem Florinha, que ganha à cena ao deixar o marido despótico que lhe maltratava. Apresentando as dificuldades em se conciliar o trabalho fora de casa (como professora) com o casamento, aponta-se para os hábitos brutais e para a falta de inteligência ou mesmo de humanidade de maridos que mandam e destratam sistematicamente. Florinha, diante desse cenário, escolhe continuar com a profissão e, ao deixar o marido, conquista certa liberdade. Dona Sinhaca, a terceira professora do círculo de amigas retratado no livro, aprovando esta ação de “divórcio”, usa-a, inclusive, como exemplo para aconselhar outras mulheres do grupo.

Dona Sinhaca representa uma mulher mais velha e viúva. Seu modo próprio de expressão, menos contido que das outras moças, é trazido à tona por meio de conselhos, fuxicos e comentários ácidos, que constroem a personagem como muito significativa, no sentido de uma estratégia narrativa, para lançar questionamentos em momentos chave do livro. Ela é uma agente que assume a posição de uma mulher experiente, tática, que se mostra capaz de opinar de forma menos velada sobre a sociedade do seu tempo, como nas ocasiões em que reclama que as professoras eram mal pagas pelo governo e precisavam ser mais valorizadas pela população. Esses momentos da narrativa servem como lócus de expansão do uso da ironia, que embora presente no decorrer dos capítulos, costuma ser muito sutil, principalmente nas falas da personagem principal.

Sondamos uma crítica em “A Primavera Voltará” à instituição social do casamento. Do ponto de vista dessas mulheres, ele foi representado a partir de experiências de fracasso, permeadas por traição, violência, mentira, desentendimento e falta de união, com peso a constatações de hábitos masculinos condenáveis, relacionados às linguagens e hierarquias da sociedade patriarcalista e campeira da primeira metade do século passado. Os homens do romance servem de mote para julgamentos morais das personagens, situação que não recebe os mesmos efeitos quando o objeto das conversas são seus filhos, pacientes ou alunos: o papel da mãe que sacrifica tudo pelo filho, mesmo quando a situação seria passível de questionamento, prevalece.

Essas vozes desconcertantes não reúnem de uma só vez características radicais, mas

não deixam de apresentar, cada qual a seu modo, uma ou outra faceta ligada a representação de mulher moderna da época. Isso começa pelo próprio modo como as professoras se encontram: agem como interlocutoras, ajudando umas às outras, entre as esferas da conformação e da superação. Ocorre então uma conciliação entre valores católicos e patrióticos, padrões de feminilidade burgueses, e movimentos de reavaliação e apropriação desses mesmos valores em usos inesperados. Interpretar atualmente esses lances do romance como meramente introspectivos, bucólicos ou moralizantes seria empobrecê-los. Foram essas características, muito provavelmente, que permitiram à autora realizar e veicular uma visão tão atenta do mundo social em que vivia e, ao mesmo tempo, que fizeram com que ela fosse recebida como representante das “letras femininas”, já que assuntos importantes do livro (como o lugar da mulher moderna na nação) permaneceram invisibilizados por seus leitores contemporâneos.

5. Considerações finais

Emília Dantas Ribas (1907-1978) se notabilizou como uma intelectual polígrafa, cujas práticas se situavam num encontro de ideias de cultura, moral, literatura e nacionalidade, costuradas de forma híbrida. **Ela utilizou suas redes sociais e uma gama de estratégias narrativas para se inserir no espaço da cultura escrita.** Foi (re)conhecida pelos pares de seu tempo, ocupando posições de prestígio e se esforçando por preservar uma reputação pública de professora e senhora cristã “bem comportada”, inserindo salmos, fazendo referências à doutrina católica e exortando deveres cívicos da mulher no próprio trabalho de escrita, enquanto promovia práticas de observação e de crítica social. Dialogando com Márcia Leite (2005), pode-se dizer que:

incorporou um modelo de mulher proposto pela sociedade que se aburguesava e pensou um lugar social específico para ela: na família e na sociedade, trabalhando, produzindo e lutando engajada a favor da educação feminina, dos bons costumes e da propagação da religião e do civismo [...] [e que] cotidianamente, as mulheres assumiam estereótipos de uma tradição masculina, como meios de sobrevivência, para colocar algo de sua vocação para fora (LEITE, 2005, p. 233).

As suas práticas de escrita pedagógica e literária são reveladoras de paradoxos que acometeram, cada qual a seu modo, diversas escritoras brasileiras do século passado, de

que já falava Ivya Alves (1998): paradoxos entre a ambição de ser lida e de participar do mundo de debates intelectuais e ações sociais, e o respeito a códigos e convenções conservadores, sobretudo católicos, que as faziam se auto-limitar em seus projetos autorais. De todo modo, entre as facetas do conservadorismo, reside o fato de que a própria formação católica, com toda a sua contenção, foi muitas vezes a porta de entrada das mulheres às leituras e mesmo uma via de acesso à escrita.

Em “A Primavera Voltará”, a personagem-narradora central e seu núcleo encarnam um círculo de professoras atuantes no interior do Paraná, agindo mediante espaços e ofícios de saúde, educação e abrigo, tais como a escola e o asilo, que, em diversas camadas, se relacionaram à uma representação da mulher moderna e à flexibilização dos padrões de gênero vigentes em meados do século passado. Cabe notar, ainda, que essa autora produziu um romance sobre professoras a partir de um modelo de sacrifício, entretanto, esse sacrifício não parece ser um fim, mas o preço da sua escolha profissional, da sua própria agência no mundo.

A trajetória e a obra de Emília Dantas Ribas são, sem dúvida, instigantes para refletirmos sobre toda uma produção escrita que ficou “de fora” de instituições letradas como o *Centro Cultural Euclides da Cunha* pelos mesmos motivos que a levaram a sofrer processos de esquecimento e de eclipse ao longo do tempo. Dos anos 1950 – momento de sucesso do romance e a consequente entrada e atuação da escritora no *Centro de Letras do Paraná* – até 1971, quando ela foi nomeada titular da cadeira n. 30 da *Academia Feminina de Letras do Paraná*, suas atividades literárias encontram-se numa espécie de limbo. Ela seria lembrada, depois disso, muito mais como uma mulher que “dedicou a maior parte de sua existência ao ensino de várias gerações de jovens, tanto em Ponta Grossa quanto na capital paranaense (...) projetando-se como uma das melhores educadoras de seu tempo” (OLIVEIRA, 2002, p. 173), do que pela sua literatura. Em 1991, por exemplo, a Câmara Municipal de Ponta Grossa instituiu o *Mérito Educacional Emília Dantas Ribas*, destinado a premiar a contribuição de destaque educacional de pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços no setor do ensino local. Ainda hoje o prêmio acontece uma vez por ano, em sessão solene.

O processo de eclipse que essa personagem e a sua obra sofreram ao longo dos

anos começa a ser explicado com a recepção do seu romance, e com a formação de uma memória histórica literária que reproduziu apenas uma das características de sua múltipla trajetória: a educadora, em detrimento da escritora, quando ambas alimentavam-se reciprocamente. A partir da alusão à escrita e da alegoria da “mãe sacrificial” no seio de uma rede de personagens mobilizadas, o romance publicado em 1949 representa um espaço privilegiado para pensar as facetas das agentes que, como Emília, identificavam-se, a um só tempo, com um conservadorismo católico que reforçava marcadores tradicionais de gênero e com a defesa da inserção e do protagonismo das mulheres – incluindo-se das escritoras – na vida pública nacional.

Semelhante ao que Margareth Rago (2013) percebe nas mulheres militantes que caracterizam a chamada segunda onda do feminismo, Emília Dantas Ribas partilhou com outras mulheres (ficcionalis ou não) o horizonte de uma “comunidade imaginada” de mulheres que, entre os anos 1930 e 1950 desenvolveram potencial de inventar e redesenhar espaços pessoais, subjetivos e coletivos, conferindo centralidade significativa à sua ocupação profissional e às atividades de civismo. Diante do que foi apresentado, pretendemos continuar a pesquisa sobre as vidas e as obras dessa escritora, buscando enfocar outros elementos do romance e do seu olhar singular sobre aquele tempo e espaço também a partir dos outros gêneros textuais que produziu. Acreditamos que esses temas podem servir, ainda, para se investigar toda uma rede de mulheres, sobretudo professoras, que participavam de eventos, escreviam e debatiam literatura, história e nacionalismo e que buscaram se fortalecer mutuamente (mobilizando estratégias sociais e discursivas) a partir de rotas singulares de “pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha” (RIBAS, 1949, p. 178). Para, enfim, serem lidas e ouvidas e mesmo criarem o seu público.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivia. Escritoras do século XIX e a exclusão do cânone literário. In: PASSOS, E.; ALVES, I.; MACÊDO, M. (Orgs.) **Metamorfoses: Gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA, 1998.
- AS PRIMEIRAS euclidianas. **Tapejara**, Ponta Grossa, n.19, 1957, p. 20.
- AUGUSTO, José. Crônicas esparsas. **O Dia**, Curitiba, 23 mai. 1950, p. 5.
- BATISTA, Maristela Iurk. Colégio Estadual Prof. Júlio Teodorico: 70 anos educando gerações. **Anais... VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, Campinas: UNICAMP, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUFREM, Leilah Santiago. A Editora Guairá: contribuições ao debate. **Anais... História da Literatura 1890/1990**. 03-15 julho, 1995.
- DALCASTAGNÊ, Regina. A personagem no romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, jul.-dez. 2005.
- FONTES, Luísa C. dos Santos. Helena Kolody: reminiscências de leitura e escola. **Anais... Fazendo Gênero VIII: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.
- GUEBERT, Caroline Aparecida. **Da Intelectualidade Princesina, o Coração do Brasil**: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX). Dissertação (História) - UFPR: Curitiba, 2018.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio. **Delaware Review of Latin American Studies**, vol. 17, n. 2, nov. 2016.
- MOI, Toril. **Teoria literária feminista**. Madri: Cátedra, 1988.
- MONTALVÃO, Eloy de. Gravetos e Fagulhas: “A Primavera Voltará”. **O Dia**, 20 abr. 1951, p. 5.
- NOTÍCIAS da Imprensa sobre “A Primavera Voltará”. **O Dia**, Curitiba, 20 jan. 1950, p. 4.
- OLIVEIRA, Josefrel do Cercal. **Educadores Ponta-Grossenses (1850-1950)**. Ponta Grossa: UEPG, 2002.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- RIBAS, Emília Dantas. **A Primavera Voltará**. Curitiba: Editora Guairá, 1949.
- SANTOS, Luisa Cristina. **Anita Philipovsky**: a princesa dos campos. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.
- SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. IN: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: Vovas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: O Centro Paranaense Feminino de Cultura. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR: Curitiba, 2011.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História Questões e Debates**, n. 34, jan.-jul 2011.
- WANKE, Eno Theodoro. **Faris Michaele, o Tapejara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Plaque, 1999.
- ZOLIN, Lucia Osana. A Literatura Escrita por Mulheres no Paraná: Tradição e Ruptura. **Gláuks**, v. 12 n. 2, 2012.
- ZOMER, Lorena. As publicações de Leonor Castelhana entre os anos de 1924-1969: a conquista de um espaço para si. **Revista Ártemis**, v. 15, n. 1, jan.-jul. 2013.